

## INCENTIVOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DA ÁGUA

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um moderno incentivo à conservação dos recursos naturais e, sob este foco, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 792/2007. Segundo o texto da justificativa do PL, serviços ambientais são os que se apresentam como fluxos de matéria e energia, capital natural, combinados com serviços do capital construído e humano. Em seu artigo segundo, visa a criar bases para o PSA da seguinte forma: *“todo aquele que de forma voluntária, empregar esforços na manutenção ou ampliação dos serviços ambientais fará jus a pagamento ou compensação”*. Assim, o produtor rural que adotar medidas para manter, recuperar ou melhorar as condições ambientais de ecossistemas em sua propriedade poderá ser recompensado financeiramente por isso.

A ANA desenvolve, desde 2006, o Programa Produtor de Água (PPA) cujo objetivo é apoiar a melhoria, a recuperação e a proteção de recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas com base no PSA. O Programa segue a linha do provedor-recebedor, ou seja, quem conserva o meio ambiente deve ser, de alguma forma, recompensado.

Nesse sentido, o Programa prevê o apoio técnico e financeiro para a implementação de projetos a partir de arranjos institucionais nas respectivas regiões. A iniciativa também busca viabilizar recursos humanos e operacionais para realização das ações de conservação de vegetação, solo e água. O produtor de Água também busca fontes sustentáveis de recursos financeiros específicos para o PSA.

Atualmente há 40 projetos no País e a ANA tem incentivado a adoção da metodologia pelos estados, como é o caso do Paraná.

Nessa edição vamos tratar da importância da variável “programas e projetos indutores” na gestão de águas.

## VARIÁVEL 4.8: PROGRAMAS E PROJETOS INDUTORES

A meta estadual “Programas e Projetos Indutores” do grupo das variáveis operacionais verifica a existência de programas e/ou projetos indutores, tais como pagamento por serviços ambientais, incentivos fiscais, premiação por boas práticas ou outros temas na gestão de recursos hídricos, fomentados pela Administração Pública.

Esta é uma variável de avaliação obrigatória para as tipologias C e D e facultativa para as tipologias A e B, que possui três níveis de exigência que variam da inexistência de projetos indutores até a prática destes, com apoio estadual e com a participação de atores sociais.

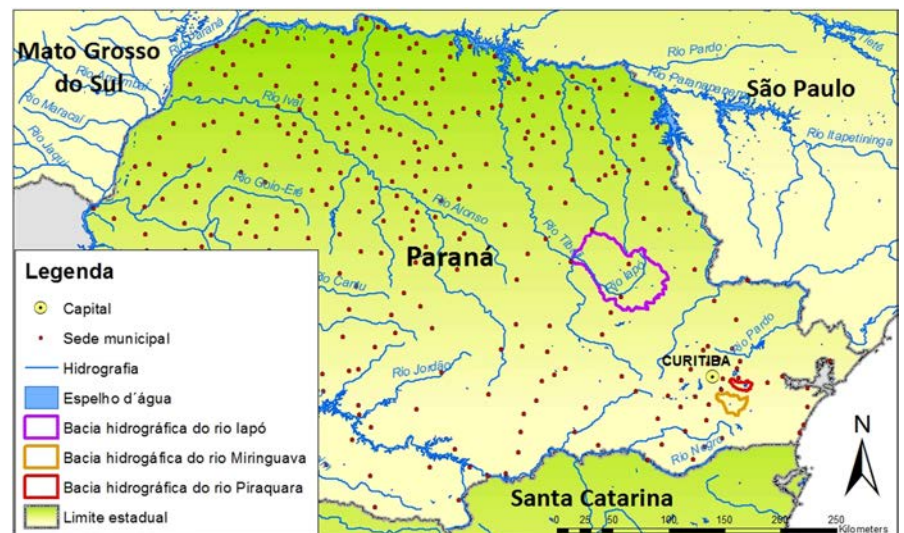
O nível de exigência varia de acordo com a tipologia de gestão de cada estado, conforme o quadro a seguir:

TIPOLOGIA	NÍVEL MÍNIMO DE ATENDIMENTO
A	≥ 2
B	≥ 2
C	≥ 3
D	≥ 3

Assim, a variável 4.8 revela o grau de apoio da Administração Pública a projetos que incentivem o uso racional da água e estimulem boas práticas na sua utilização com vistas ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos.

## DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL EM BACIAS DO PARANÁ É REALIZADO POR MEIO DE CONVÊNIO COM A ANA

Em dezembro de 2014 foi assinado Convênio entre a ANA e o Paraná para a elaboração de diagnóstico socioambiental em três bacias hidrográficas paranaenses: dos rios Iapó, Minguava e Piraquara. Os três mananciais são considerados estratégicos, pois suas águas são utilizadas para o abastecimento público de diversos municípios, incluindo a Região Metropolitana de Curitiba. O Convênio prevê a aplicação de cerca de R\$ 1,5 milhão para o diagnóstico das respectivas bacias, o que inclui dados cartográficos e imagens de satélite, mapeamento de áreas de proteção ambiental (APPs), fragmentos florestais, uso e ocupação do solo, hidrografia, de estradas rurais, dentre outros. Com base no estudo, o Paraná espera iniciar o PSA, com a participação dos municípios, nas áreas consideradas prioritárias para conservação de água.



Localização das bacias abrangidas pelo Convênio entre a ANA e o Paraná

## OS PROJETOS INDUTORES PARA CONSERVAÇÃO DE ÁGUA NO PARANÁ

O Paraná é um estado com expressiva produção agrícola e, conseqüentemente, grande consumidor de água. É o maior produtor brasileiro de milho e soja e o segundo maior produtor de cana-de-açúcar. Sua população já ultrapassou a casa dos 11 milhões de habitantes (IBGE, 2016) e, apesar de sua relativa abundância em áreas agricultáveis, é um estado com tradição na conservação ambiental.

Em 1989, a capital paranaense Curitiba foi a primeira cidade brasileira a implantar a coleta seletiva de lixo. A Lei Estadual que regula o ICMS ecológico data de 1991 (Lei complementar nº 59). Apesar de tais avanços, o Paraná vive uma contradição: segundo estudo<sup>1</sup> conduzido pela ONG SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o estado foi o quarto maior desmatador desse bioma no período 2014-2015 sendo, ao mesmo tempo, o campeão em regeneração florestal (entre 1985 e 2015).

Mais recentemente, o governo paranaense editou regras para o pagamento por serviços ambientais. A Resolução SEMA nº 80, de 21 de dezembro de 2015, institui diretrizes e normas para a execução de projetos de PSA destinados às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no estado, visando a manter e ampliar o provimento dos serviços ambientais e conservação da biodiversidade.

O estado também mantém parceria, por meio da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), com outras instituições para fomentar o PSA: é o caso do Produtor de Água de Apucarana. Com apoio da ANA, o projeto vem sendo desenvolvido, desde 2009, nas bacias dos rios Ivaí, Pirapó e Tibagi.

Outro projeto de PSA vem sendo desenvolvido no município de Piraquara, também com a participação da Sanepar, além da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, da The Nature Conservancy (TNC) e da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) para a implantação do pagamento por serviços ambientais na bacia Piraquara I.

Além das iniciativas advindas da Administração Pública, o Paraná tem um projeto, reconhecido mundialmente, na proteção dos recursos hídricos: o Programa Cultivando Água Boa, da Itaipu Binacional. Mais do que um projeto ambiental, o Programa é um movimento de participação permanente, que envolve a atuação de cerca de 2 mil parceiros, dentre órgãos governamentais, ONGs, instituições de ensino, cooperativas, associações comunitárias e empresas. Atualmente o Cultivando Água Boa abrange 20 programas e 65 ações em andamento em diversos estados do País.

Até o momento, o Paraná conta com três projetos de PSA voltados para Água e estima-se em mais de 50 projetos de PSA com foco em RPPN, com cerca de R\$ 4 milhões de investimentos.

<sup>1</sup> Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica no período 2014-2015



Monitoramento de vazão no projeto Produtor de Água de Apucarana/PR - Foto: SIP/Banco de Imagens ANA

## OFICINA DAS SALAS DE SITUAÇÃO SERÁ REALIZADA EM BRASÍLIA

Nos dias 30 e 31 de março acontecerá em Brasília a II Oficina de Acompanhamento, Avaliação e Fortalecimento das Salas de Situação Estaduais. A Oficina deste ano focará a importância do levantamento das cotas de referência das estações para melhoria das ações de resposta da Defesa Civil. A atuação dos estados na gestão de eventos hidrológicos críticos também será abordada, com destaque para a gestão de secas. Serão apresentadas as ações do Monitor de Secas do Nordeste, do Monitoramento de Açudes no Nordeste e da Gestão da Seca na Bacia do Rio São Francisco.

Devem participar do evento todos os representantes dos estados que atuem nas unidades de situação, além da ANA, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres Ambientais (CENAD) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN).

## II SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGESTÃO ACONTECERÁ EM ABRIL

Nos dias 6 e 7 de abril será realizado em Brasília o II Seminário de Avaliação do Progestão. Participarão do evento representantes dos órgãos gestores e dos conselhos estaduais de recursos hídricos dos nove estados que iniciaram o Programa em 2013 (Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe), além de técnicos da ANA e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O objetivo do encontro é apresentar as avaliações do Programa coordenadas pela ANA e discutir as propostas para a renovação dos contratos do Progestão na sua segunda fase.



I Seminário de avaliação do Progestão - Foto: SAS/ANA

**Diretor da Área de Gestão:** Paulo Varella  
**SAS:** Humberto Gonçalves e Carlos Motta  
**COAPP:** Ludmila Alves e Brandina Amorim  
**CONTATO:** [progestao@ana.gov.br](mailto:progestao@ana.gov.br)  
**BOLETIM PROGESTÃO Março 2017**